

PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA DE SURDOS DE SANTA MARIA

**Michele Quinhones Pereira
Vera Lucia Marostega**

Este texto resulta de uma pesquisa realizada no ano de 2001, tendo como objetivo identificar, junto ao professor ouvinte, a sua concepção de educação de Surdos e sua visão perante a implementação da mesma; bem como verificar as diferenças evidenciadas na sua atuação prática atual em relação às experiências vivenciadas anteriormente. A proposta metodológica que norteia esse trabalho é a abordagem qualitativa. Realizou-se, neste estudo, uma descrição pautada na revisão bibliográfica sobre a temática proposta e a análise dos dados obtidos através da entrevista semi-estruturada, aplicada a três professores da Escola de Surdos de Santa Maria-RS. Nessa entrevista, os professores relataram suas experiências frente à Educação de Surdos, visando o desenvolvimento e a aprendizagem desses e a expectativa em relação à Escola de surdos, considerando o espaço e a concepção adotada. A análise dos dados indica que a abordagem bilíngüe permeia toda a prática dos professores, instrutores e alunos surdos. A expectativa é contemplar todos os anseios da comunidade surda. Esta pesquisa mostrou que os profissionais, assim como a comunidade escolar, estão conscientes e desencadeando um processo de construção coletiva para que a referida escola seja um ambiente que favoreça o desenvolvimento e aprendizagem de seus educandos, considerando suas características específicas da surdez e vislumbrando uma educação bilíngüe para Surdos.

Palavras-chave: perspectivas, educação, surdos.

Quando se fala de educação para Surdos em Santa Maria, vislumbram-se diferentes realidades durante o processo de aprendizagem e desenvolvimento educacional, das quais podem-se citar: classes especiais em uma escola de ensino regular, surdos inseridos em classes de ouvintes, atendimentos complementares e, atualmente, a criação de uma Escola Especial para Surdos.

A realidade de Santa Maria, provavelmente, sob alguns aspectos, não se diferencia do resto do país em seu percurso de trabalho desenvolvido na área da surdez e registra períodos onde a educação de Surdos concentrava-se na concepção educacional oralista, chegando hoje a uma busca mais concreta de implementação da abordagem bilíngüe de educação para Surdos. A partir dessa trajetória, os Surdos permaneceram e /ou permanecem em diferentes ambientes e concepções educacionais.

Diante dessa diversidade nas propostas metodológicas para educação de Surdos, construídas e vivenciadas nesta cidade, pode-se observar que a mais recente está voltada à concepção bilíngüe e acompanha a luta dos próprios Surdos em buscar, em criar um espaço educativo no qual houvesse o ambiente lingüístico necessário ao desenvolvimento cognitivo, social, lingüístico, cultural, afetivo, onde também este sujeito possa comunicar-se com seus pares Surdos, instrutores de língua de sinais (LS) e, fundamentalmente, adquira a LS e aprenda a língua portuguesa (LP). Em consequência dessa luta, em 27/09/2000 é inaugurada, em Santa Maria, uma escola para Surdos denominada Escola Estadual de Educação Especial Reinaldo Fernando Cóser, que se fundamenta numa proposta político-pedagógica baseada no bilingüismo para Surdos.

Nesta abordagem, é permitido ao Surdo o acesso à cultura que, por muitos anos, foi-lhe negado. Os Surdos começaram a reivindicar o uso da (LS) na sua educação, para que fossem reconhecidos como diferentes e não como deficientes e para que sua cultura fosse respeitada.

O bilingüismo considera que, primeiramente, o Surdo deve adquirir a (LS) e, como segunda língua, a língua do país a que pertence. A abordagem bilíngüe coloca em evidência a (LS), porque esta é a forma espontânea de comunicação no mundo das pessoas Surdas.

A Educação Especial vem sendo muito rediscutida nos últimos anos. Atualmente, o paradigma dominante é o da Escola Inclusiva. Porém, um aspecto a ser considerado é o preparo da escola regular para receber o aluno Surdo. O currículo é elaborado visando o aluno ouvinte. Devido a esse aspecto, a permanência do surdo na escola é reduzida.

Um dos problemas específicos citados por Botelho (1998, p. 32) é "... o fato de que o Surdo não tem uma língua compartilhada com seus colegas e professores. Está em desigualdade lingüística em uma sala de aula onde todas as pessoas são ouvintes e falantes de uma língua oral, que representa para ele uma língua estrangeira".

Almeida (2000) considera o bilingüismo uma busca na educação de Surdos, tornando acessível a um mesmo indivíduo o uso e o conhecimento de duas línguas.

Parece interessante colocar que é necessário um trabalho conjunto entre educadores e Surdos. Outro fator que contribui na prática do projeto de educação bilíngüe é o ensino da LS para pais e professores. Botelho relata que as dificuldades são negadas e acobertadas aos que defendem a integração ou inclusão dos Surdos nas escolas do ensino regular.

A referida autora apresentou uma pesquisa na qual se pode vislumbrar algumas histórias sobre os acobertamentos dos problemas. Por exemplo, o aluno surdo não consegue acompanhar a leitura oral de um texto, por mais que tenha destreza com a língua. Dessa forma, esse aluno acaba sentindo-se constrangido. Os colegas ouvintes e os próprios professores acabam acobertando suas dificuldades para não deixá-lo frustrado. Assim, terminam sendo "bonzinhos" na avaliação dos alunos surdos, propiciando, dessa forma, a quebra de sigilo das provas. Seus estudos mostram que o surdo permanecia na escola regular às custas de privilégios e fraudes, em muitos momentos.

Torna-se relevante colocar que, para ocorrer o aprendizado da segunda língua, é imprescindível que o surdo domine a primeira língua. Mas, para um maior aprendizado da criança surda, a família também precisa estar envolvida nesse processo.

O Plano Nacional de Educação de 2001 referente à LS destaca, no item 11, o seguinte objetivo:

Implantar, em cinco anos, e generalizar em dez anos, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos e, sempre que possível, para seus familiares e para o pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação de monitores, em parceria com organizações não-governamentais.

O desenvolvimento da LS é um fator extremamente relevante para o sucesso do desenvolvimento da abordagem Bilíngüe. Mas verifica-se que nem todos os surdos são fluentes na LS, porque não adquiriram a mesma como primeira língua. Almeida (2000) comenta que diversos surdos adquirem a LS quando adultos em contato com outros surdos e nas associações de Surdos.

Segundo Almeida (2000, p. 16), a língua de sinais, "...é uma língua natural que foi inventada pela própria comunidade dos Surdos, com características sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias".

Valverde (2000) coloca que, até a presente data, a Língua de Sinais é reconhecida no Brasil em dez estados e é reconhecida também em sete municípios, sendo que três no RS: Caxias do Sul, Porto Alegre e Santa Maria.

No Brasil, existem instituições especiais muito significativas na educação de Surdos. De acordo com Moura (2000), podemos citar o Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro-INES, o qual exerceu e ainda exerce grande influência na Educação de Surdos em todo Brasil. O INES foi fundado em 1857, pelo Surdo francês, Edward Huet.

Em 1880 ocorreu O Congresso de Milão, que segundo Moura (2000), exerceu grande influência sobre os profissionais que foram à Europa e trouxeram o modelo a ser aplicado no Brasil. A preocupação com o ensino da fala e da leitura oro-facial eram reflexos deste Congresso, o qual preconizava que, para o surdo ser integrado à sociedade, isto é, ao mundo ouvinte, seria necessário que ele desenvolvesse a oralidade.

As escolas, no Brasil, seguiam as concepções em nível mundial. Verifica-se que, por muitos anos, o INES adotou a abordagem oralista e esta espalhou-se por todo o Brasil. Mas, atualmente, conforme Moura (2000, p. 86): "...os profissionais do INES reformulam seu trabalho, preocupados em entender o Surdo, levando em consideração suas reais necessidades. Já existe a criação de classes bilíngües e, brevemente, este trabalho será divulgado".

O plano político-pedagógico deverá considerar as características específicas do aluno Surdo, considerando tanto suas necessidades quanto suas habilidades. Em detrimento da sua surdez, os conteúdos deverão ser passados na LS, bem como o desenvolvimento da aprendizagem da segunda língua.

Quando se fala de Escolas Especiais, é importante considerar a comunidade Surda, as associações, pois é através destas instituições que os Surdos podem reconstruir, ajudar a conduzir a escola, fixar sua perspectiva surda.

A Lei Nº 9.394/96, Lei Diretrizes e Bases da Educação, no Artigo 58, dispõe que os educandos portadores de necessidades especiais podem ter atendimento em classes, escolas ou serviços especializados sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Face às dificuldades encontradas na Inclusão do aluno Surdo, muitas vezes se justifica a educação especial para atender às necessidades especiais.

Os alunos "incluídos" no ensino regular encontram dificuldades de aprendizagem. Mattos (2001) coloca que a prática pedagógica é estabelecida através da LPO (língua portuguesa oral) e escrita. Sendo que essa língua não é adquirida de forma natural pelo aluno surdo com surdez severa ou profunda. Esse aluno precisa de recursos específicos para sua aprendizagem.

Mattos (2001), no contexto dessas dificuldades encontradas pelos surdos, considera relevante questionar como os surdos se encontram "incluídos" nas salas de aula no ensino regular. "Quase sempre, a prática nos mostra que esses alunos encontram sérias dificuldades de aprendizagem, alterações comportamentais, em abandono num canto da sala de aula, ou em tantas outras situações de dificuldades" (p. 16).

Em relação às dificuldades encaradas nas escolas de surdos, Dorziat (2001) coloca que elas provêm da formação docente fundamentada na concepção oralista, onde os surdos deveriam expressar-se oralmente, almejando uma vida semelhante ao do ouvinte na sociedade.

Em vista disso, sabe-se que a prática pedagógica de educadores de surdos por um longo tempo foi norteadada pela visão clínico-terapêutica. Depois disso, surgiu a Comunicação Total que, embora utilizando a LS dentro da estrutura da LP, mantinha ainda os preceitos da concepção oralista. Por fim, emergiu a concepção bilíngüe, que utiliza como primeira língua a LS e como segunda língua a LP.

É preciso, pois, deixar para trás a idéia de normalizar o surdo, convertê-lo a ouvinte.

Muitos educadores de Surdos defendem a escola especial, em detrimento da não estruturação das escolas regulares para recebê-los. Por exemplo, pode-se citar a falta de um educador especial formado na área, de um instrutor surdo e de um intérprete.

Um argumento muito utilizado em defesa da escola especial para Surdos fundamenta-se em estudos multiculturalistas. Segundo Santos (2000, p. 72), os surdos possuem a LS como língua materna e têm cultura própria. A referida autora afirma que:

Assim sendo, e entre outros argumentos levantados, tal como há escolas para pessoas cuja cultura e língua de origem sejam de outra nacionalidade, deveria havê-las, também, para surdos, na medida em que a escola regular se propõe a atender a grupos homogêneos, não dando conta, assim, de sua tarefa de educar essas pessoas sem ferir seus aspectos multiculturais.

O presente estudo tratou de investigar qual a perspectiva dos professores que estão desenvolvendo atividades na Escola de Surdos em relação à educação de Surdos considerando a sua formação e trajetória até o presente momento.

O trabalho teve como objetivo averiguar qual a perspectiva dos professores em relação à concepção educacional implementada na Escola de Surdos; identificar sua concepção de educação de Surdos e sua visão perante à implementação da mesma, bem como verificar, junto aos referidos professores, quais as diferenças evidenciadas na sua atuação prática atual em relação às experiências vivenciadas anteriormente.

Para o levantamento de informações, foi escolhida a Escola Estadual de Educação Especial Reinaldo Fernando Cóser, de Santa Maria-RS, por ser a primeira e única escola de surdos desse município. Os dados foram obtidos através de entrevistas aplicadas a três professores de surdos dessa instituição que desempenham suas funções administrativas e pedagógicas. A esses professores entrevistados denominaremos de "C", "L" e "R".

A escola Estadual de Educação Especial Reinaldo Fernando Cóser é uma conseqüência de um processo voltado à educação de Surdos, que o município vem desenvolvendo há várias décadas, buscando sempre uma melhoria educativa para esses sujeitos. Isso vem acontecendo tanto na formação de professores através do Curso na UFSM, quanto nos diferentes procedimentos educacionais oferecidos no município à Comunidade surda.

Com relação aos aspectos pedagógicos, a abordagem bilíngüe considera que, primeiramente, o surdo deve adquirir a LS, e como segunda língua, a língua do país a que pertence.

A esse respeito, a professora "R" acredita que o bilingüismo seja a concepção de educação de Surdos mais adequada para o desenvolvimento e aprendizagem desses alunos " porque ela respeita a língua, a cultura e a identidade dos surdos". ("R")

Observa-se que "R" está inserida na educação bilíngüe, pois esta abordagem respeita a cultura do surdo, colocando em evidência a LS que é a língua natural do surdo e, como segunda língua, a língua portuguesa.

DIANTE da política de inclusão, onde o Plano Nacional de Educação de 2001, art. 208, III, estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação na rede regular de ensino, os surdos estão sendo incluídos nas classes regulares sem o devido preparo da escola para recebê-los. Por esse motivo, para garantir a construção de conhecimento lingüístico, cultural, social e afetivo, o professor necessita ser usuário da LS.

Reportando-se à sua vivência na classe regular, "R" aponta que: "(...) a professora da classe regular não está acostumada, não está preparada, nem habilitada para trabalhar com a realidade surda".

Conforme a referida professora, observa-se que os professores de classes de ouvintes, muitas vezes, não foram bem preparados para receber esses educandos, tanto menos para ter um surdo "incluído" em sua sala, apesar de demonstrarem interesse e grande esforço.

De acordo com o Plano Nacional de Educação de 2001, referente à formação de professores, o item 19 estabelece o seguinte objetivo: "incluir nos currículos de formação de professores, nos níveis médio e superior, conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos especiais".

A colocação de "R" é pertinente quanto ao aspecto pedagógico da abordagem bilíngüe, pois é extremamente importante que o professor saiba se comunicar através da LS e possua uma formação adequada para oportunizar a construção de conhecimento lingüístico, cognitivo, cultural, social e afetivo ao surdo.

A professora "C" faz um relato da sua experiência na Escola de Surdos sobre o seu fazer pedagógico, dizendo que:

(...) a aquisição dos conhecimentos escolares estão se dando de uma forma gradativa. Os surdos na escola compreendem os conteúdos, porque estes conteúdos são passados em LS. O importante é frisar que eles têm muita dificuldade na língua portuguesa escrita e se mantêm com esta dificuldade ainda. Mas, tudo que é passado para eles em LS, é explicado em LS, eles compreendem e demonstram que compreendem, porque depois eles explicam tudo novamente, explicam em LS e opinam sobre o assunto em LS, demonstrando que compreenderam.

Nesse relato, percebe-se a importância do professor ser usuário da LS. A professora "C" relata também a importância da presença do instrutor Surdo para transmitir os conteúdos em sala de aula, o que já é uma prática na referida escola. Os professores demonstram que a escola oferece um ambiente lingüístico rico para que os surdos realmente construam conhecimentos.

É importante ressaltar que a escola de Surdos possui, em seu quadro de professores, oito instrutores de LIBRAS, sendo que um desses instrutores é graduado em Educação Física e Pós-Graduado em nível de especialização.

A escola proporciona um espaço de interação entre surdos e profissionais. Os surdos participaram efetivamente do Projeto Político Pedagógico e, segundo "C", atualmente, não só reivindicam que o professor trabalhe os conteúdos escolares em LS, mas que a escola ofereça espaço para que seus pais e familiares aprendam a LS. Conforme "C", "eles pedem que os pais ouvintes aprendam a LS, para poder se comunicar, que só na escola eles são compreendidos e conseguem se comunicar sobre os mais variados assuntos".

O relato realizado por "C" mostra que os surdos são compreendidos na escola de Surdos, porque os mesmos recebem todos os conteúdos em LS, acontecendo, então, trocas significativas entre educador e aluno sobre os mais variados assuntos. Opondo-se à escola regular que não oportuniza ao aluno surdo essa troca, pois os professores ouvintes não conhecem a LS.

A professora "R", referindo-se à concepção bilíngüe implementada na escola de surdos, expõe o respeito a LS por parte dos profissionais que atuam na escola, afirmando que os funcionários e professores de 5ª a 8ª séries que ainda não eram usuários da LS estão aprendendo a mesma.

Percebe-se que todos os profissionais da Escola de Surdos estão engajados na educação bilíngüe e, para que haja o trabalho conjunto, todos estão aprendendo a LS.

A perspectiva dos professores é de que realmente a Escola tenha uma concepção bilíngüe.

Os professores da Escola observam que os alunos Surdos se sentem felizes e realizados na Escola. Esses alunos discutem questões pertinentes como, por exemplo, o que está acontecendo nos EUA, "(...) eles querem reivindicar coisas, querem participar do Conselho Escolar; hoje eles estão incluídos realmente". "C"

Pode-se constatar que a Escola para Surdos se caracteriza mais como Escola Inclusiva do que uma escola de ouvintes, onde o surdo possa estar inserido.

A princípio parece que atender o surdo em uma escola só para surdos seria segregação. Mas a

A princípio, parece que, atender o surdo em uma escola só para surdos, seria segregação. Mas a situação dos Surdos nas Escolas Especiais não é de "exclusão" e, sim, de "inclusão", porque proporciona ao Surdo um ambiente de interação lingüística favorável ao seu desenvolvimento cognitivo, social e aprendizagem.

No que se refere à "inclusão" dos Surdos na Escola de Surdos, "L" conta que, na escola de surdos, ele terá maiores oportunidades de inclusão, tanto social como na aprendizagem na família.

"C" ressalta ainda que "(...) eles estão vivendo num ambiente onde o "input" lingüístico é o "input" necessário ao desenvolvimento de uma personalidade saudável do surdo".

Nas escolas de ouvintes, este ambiente lingüístico com trocas significativas não ocorre efetivamente, em função de que todas aprendizagens para os alunos surdos não se dão a partir da LS. No momento em que o Surdo tem estruturada a LS como primeira língua, ele tem condições de se desenvolver cognitivamente, de construir suas aprendizagens, de receber informações, de aprender baseado nessa língua e, conseqüentemente, ele terá condições de aprender uma segunda língua, seja ela qual for.

Pode-se observar que ambas as professoras acreditam que o surdo está realmente "incluído" na escola de surdos, pois essa escola consegue proporcionar ao surdo o conhecimento de mundo, construindo uma identidade positiva entre seus pares. Na classe regular e na classe especial, esses professores não teriam os recursos necessários que a escola especial disponibiliza, que é toda uma infraestrutura voltada para a educação do surdo.

Partindo das características específicas do aluno surdo e a concepção implementada na escola de surdos, segundo a professora "C", o educador atua em sala de aula contando com a presença do instrutor surdo em LS, para transmitir as informações nessa língua ao aluno surdo e, posteriormente, o professor ouvinte passa as informações também em LP escrita para os surdos.

Conforme o relato de "C", percebe-se que a concepção bilíngüe permeia toda a prática dos professores, instrutores e alunos surdos.

De acordo com "R", toda a proposta político-pedagógica da escola de surdos foi construída em grupo, com a participação de professores, alunos surdos, pais e funcionários.

Um aspecto a ser elucidado é que os surdos e profissionais da educação de Surdos estão lutando pelas escolas especiais, porque acreditam que o ambiente natural de convivência com seus pares possibilita a aquisição da LS para o Surdo construir identidade e um desenvolvimento lingüístico cognitivo mais eficaz.

Conforme a professora "L", os surdos estão se sentindo felizes, alegres e se comunicando muito, porque estão na escola de surdos, convivendo com seus pares, usuários da mesma língua, o que possibilita uma maior integração, troca de informações, onde podem expor seus pensamentos e, conseqüentemente, uma maior construção de conhecimentos.

"L" relata que pode-se notar que os surdos estão se sentindo felizes e integrados, porque eles estão num ambiente natural com seus pares e tendo acesso a sua língua (LS).

Devido a não estruturação das escolas regulares para receber o aluno surdo, os educadores de surdos, funcionários e a comunidade surda lutou e continua a lutar pela escola de surdos atendendo às suas necessidades, onde o surdo tenha acesso à sua língua LS e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da LP. Face aos diversos atendimentos que os surdos receberam e as vivências que os educadores de surdos tiveram, o espaço e a concepção adotada em relação à escola de surdos gera uma expectativa muito grande entre estes profissionais e alunos surdos. Neste contexto, "C" relata que os desafios e as expectativas em relação à escola de surdos são vários. Primeiramente, seria a implementação, no próximo ano, dos ciclos escolares.

"(...) os ciclos oportunizam um tempo maior de aprendizagem para esses alunos surdos". "C"

Todos os educadores da escola esperam implementar os ciclos da melhor forma possível, baseados na premissa que os ciclos não permitem reprovação dos alunos. "C" conta que os surdos tiveram uma vivência bastante amarga com relação à reprovação.

Hoje, os ciclos favorecem um trabalho diferenciado, considerando todas as competências que os surdos têm a ser desenvolvidas, oportunizando um tempo maior de aprendizagem a esses alunos.

"C" diz ainda que um segundo desafio seria oportunizar a esses surdos o ensino médio. Um terceiro, seria possibilitar, aos pais, o ensino da LS, para que eles saibam se comunicar com seus filhos surdos. Isso passa por uma questão de aceitação da própria surdez dos filhos.

Sabe-se que a participação da família é extremamente importante para que o surdo possa construir a sua identidade e adquirir a 1ª e a 2ª línguas. Portanto, a escola de surdos procurou privilegiar o ensino da LS aos familiares, para que os surdos usem a LS na família e não apenas na escola.

o ensino da LS aos familiares, para que os surdos usem a LS na família e não apenas na escola.

Outro desafio que "C" ressalta é o de, gradualmente, os professores tornarem-se fluentes em LS. "(...) não se concebe, hoje, educadores de surdos que não dominem a LS". "C"

A grande questão a ser desenvolvida no fazer pedagógico, segundo "C", é a LS escrita. Os professores da escola estão procurando acompanhar a pesquisa que está sendo desenvolvida por Marianne Rossi Stumpf pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS.

Percebe-se que o bilingüismo está sendo implementado na escola e que essa concepção está sendo construída aos poucos, contando com os professores ouvintes e com a colaboração essencial dos alunos surdos, instrutores e do professor surdo.

Conclui-se que a expectativa dos professores é contemplar todos os anseios da comunidade surda.

Através dessas entrevistas, conseguimos perceber que, realmente, todos os profissionais, assim como a comunidade da escola, estão conscientes e desencadeando um processo de construção coletiva para que a referida escola seja um ambiente que favoreça o desenvolvimento e aprendizagem de seus educandos, considerando suas características específicas da surdez, vislumbrando uma educação bilíngüe para surdos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E. C. Leitura e Surdez: Um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Ed. Livraria e Editora RevinteR, 2000.

BOTELHO, P. Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1998.

DORZIAT, A. Educação e Surdez: O "Ser Surdo" como Paradigma Pedagógico. Revista Espaço-Informativo do INES. Rio de Janeiro, n. 15, p. 27-32, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei n. 9.394, de 23 de dez. de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Plano Nacional de Educação de 2001. Brasília, 2001. p. 52-58.

MATTOS, L. C. As Implicações da Surdez no Processo de Escolarização da Pessoa Surda. Revista Espaço-Informativo do INES: Rio de Janeiro, n. 15, p. 15-21, 2001.

MOURA, M. C. de. O Surdo: Caminhos para uma Nova Identidade. Rio de Janeiro: Ed. RevinteR, 2000.

SANTOS, M. P. dos. Surdez: Desafios para o Próximo Milênio. In: SEMINÁRIO SURDEZ: DESAFIOS PARA O PRÓXIMO MILÊNIO, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES, 2000. p. 71-74.

VALVERDE, F. de M. Ações para a legalização da LIBRAS. In: SEMINÁRIO SURDEZ: DESAFIOS PARA O PRÓXIMO MILÊNIO, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Instituto de Educação de Surdos-INES, 2000. p. 35-39.

WRIGLEY, O. A política da surdez. Tradução: André Luiz Silveira Luz. Porto Alegre, 1997.

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2002 - Nº 20 > Editorial > Índice > Resumo > **Artigo**